



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 1984

ANO X

AVULSOS

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 95/84

Artigo Único - Os artigos 29 e 30 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 29 - Nos casos do art. 22, excetuado o inciso XII, realizada a votação final, a resolução ou o decreto legislativo será promulgado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, dentro de quarenta e oito horas; se este não o fizer, em igual prazo fa-lo-á o 1.º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa."

"Artigo 30 - O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado."

Parágrafo Único - As matérias constantes de projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador".

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(aa) Trajano Bastos, Nilso Sguarezi e
Luiz Alberto Oliveira.

Apoiamto: Nelson Vasconcellos

Fuad Nacli

Mário Pereira

Gernote Kirinus

Rubens Bueno

Caíto Quintana

Erondy Silvério

Nestor Baptista

Augusto Carneiro

Ezequias Losso

Pêricles Pacheco

Sabino Campos

Adhail Sprenger Passos

Homero Oguido

Márcio Almeida

Amélia Hruschka

Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda é bastan-

te claro: retirar do corpo da Constituição matéria eminentemente regimental. Convém esclarecer que essa providência foi omitida no processo de adaptação da Carta Estadual à Carta Federal, quando da elaboração da Emenda n.º 3, de 29 de maio de 1971, hoje em vigor.

Apreciar todos os projetos em três discussões, segundo exige o art. 30 "caput", da Constituição, que circunstancialmente podem ir à quarta discussão, constitui estéril formalismo. Mais do que isso, implica no retardo das deliberações da Casa. Isso é tanto mais grave quanto se sabe que o atual ritmo da dinâmica administrativa não tolera o excesso de rituais dispensáveis. Aliás, de dezenove Constituições estaduais compulsadas (*) apenas as do Paraná e do Piauí estabelecem a exigência das três discussões. Consigne-se, também, que a Carta Federal nada dispõe nesse sentido. Tanto é verdade que o art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 150 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados inscrevem regras sobre a matéria.

No tocante aos interstícios entre as deliberações e entre o anúncio da ordem do dia e a primeira discussão, previstos na Carta paranaense, nem mesmo a Carta do Piauí inscreveu preceito semelhante. O que demonstra tratar-se de matéria própria do regimento interno, segundo se verifica do contido no art. 165 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e no art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal.

Adverta-se finalmente que tais normas encontram-se inseridas no Regimento Interno desta Casa, ficando afastada a hipótese de "vacatio legis" entre a aprovação da presente proposta de emenda e a revisão da nossa Lei Interna.

Tratando-se de providência no sentido técnico-legislativo tendente a aperfeiçoar a ação deste Poder, equiparando-o a todas as Casas legiferantes do País, a proposição há de contar com o unânime apoio dos ilustres Deputados.

(*) Constituições Estaduais - Sub. Edições
Par. do Senado Federal, 1971

PROPOSTA DE
EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 94/84

Art. Único:

O art. 72 da Constituição Estadual, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 72

§ - O funcionário que desejar, poderá requerer a licença especial de que trata este artigo, seja concedida desdobrando-se em parte pecuniária, desde que esta não ultrapasse a metade do período a que tiver direito, a qual deverá ser paga integralmente ao funcionário, desde que o mesmo venha a gozar o período restante."

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: Nelson Vasconcellos

Roberto Requião

Nestor Baptista

Péricles Pacheco

Ezequias Losso

Mário Pereira

Ervin Bonkoski

Adhail Sprenger Passos

Anibal Khury

Homero Oguido

Amélia Hruschka

Osvaldo Alencar Furtado

Caíto Quintana

Márcio Almeida

Fuad Nacli

Erondy Silvério

Tadeu França

Sabino Campos

Gernote Kirinus

Augusto Carneiro

JUSTIFICATIVA:

Tendo consagrado o melhor de suas atividades ao serviço do Estado, compreende-se, de acordo com um conhecido princípio de economia de trabalho, que o funcionário tenha direito a um período de descanso, maior ou menor, imposto ou requerido, ou mesmo definitivo.

O homem tem uma dignidade e uma hierarquia como pessoa humana, que é mistér conservar e melhorar, em prol de sua saúde moral e física. Não é difícil, pois, entender o interesse que o próprio Estado tem no descanso de seus servidores, visto que, os mesmos, após restauradas as energias dispensadas, melhor poderão dedicar-se novamente e com maior rendimento, às funções que lhes são peculiares.

Deste modo, tem o funcionário público assegurado pela Constituição Estadual, em seu artigo 72, "caput", o direito ao repouso, após o exercício, durante dez anos consecutivos, de suas funções. Como se pode verificar pela análise do disposto legal, constitui uma vantagem para o fun-

cionário, que terá a possibilidade de gozar de melhor saúde, descansando durante seis meses do trabalho esgotante que desenvolveu ao longo de um decênio; porém, não deixa de ser uma vantagem para o Estado, pois que contará com pessoal em excepcionais condições de produtividade.

A licença-prêmio, ou licença especial como é denominada na Constituição Estadual, constitui-se em uma vantagem necessária, embora tenha também, inegavelmente, o caráter de recompensa pelos serviços prestados, pois que o funcionário que assim desejar, e segundo o disposto no artigo 72, parágrafo único, da lei máxima estadual, pode o funcionário preferir a contagem do período em dobro para efeito de aposentadoria.

Originariamente, a licença-prêmio não fora constituída como vantagem pecuniária, mas como uma concessão administrativa para afastamento do serviço, sem prejuízo dos vencimentos e demais acréscimos, a que tinha direito o funcionário; essa licença tinha fins exclusivamente de descanso, a fim de possibilitar a restauração do presumível desgaste físico e psíquico que o trabalho num expediente repetido e prolongado naturalmente acarreta ao servidor.

Nada impede, contudo, que esta vantagem seja auferida, pelo menos em parte, pelo funcionário, sob a forma de pecúnia.

Ela teria, neste aspecto, o condão de dar a esse funcionário, mormente àquele que recebe pouco acima do salário mínimo, condições de fazer frente aos seus compromissos e oferecendo, ao mesmo tempo, um alívio em seus encargos. Isto daria, em consequência, a tranqüilidade almejada pelo Estado e, também, pelo servidor, para gozar a sua licença-prêmio.

Este instituto da licença prêmio, convertido em pecúnia, não é uma invocação, visto que já foi implantado no Estado de São Paulo e, segundo o que se pode constatar, trouxe reais benefícios à laboriosa classe dos servidores do vizinho Estado.

O Estado, ao atender este critério, estaria de certa forma, premiando os seus funcionários e resolvendo suas inúmeras dificuldades de ordem econômica, que aparecem face à crise inflacionária que vivemos atualmente.

É certo que algumas vozes já levantaram contra isso; é o caso do Professor HELY LOPES MEIRELLES, famoso administrativista brasileiro, que acha essa conversão em pecúnia um disvirtuamento dos fins higiênicos que são visados pela vantagem. Porém, dentro dos pontos de vista adotado por esta tese, haveria a conciliação entre a finalidade higiênica da licença e os que o Poder Público concederia ao servidor para gozá-la, já que o período seria remunerado apenas pela metade, restando a outra parte para o efetivo repouso, em clima de tranqüilidade financeira.

Se, à primeira vista, possa parecer

essa licença prêmio conversível em dinheiro, uma vantagem anômala, porque não se enquadraria nem na adicional de tempo de serviço, nem como adicional de função, ela teria o aspecto de uma gratificação pelo exercício do cargo no decurso do tempo, pois, sem abandonar a sua finalidade higiênica, passaria ela a ser um verdadeiro prêmio condicionado a certo tempo de serviço efetivo, e a determinadas condições de exercício do cargo - assiduidade e disciplina - pelo funcionário o tempo e satisfeitas as condições de trabalho exigidas pela Lei, erige-se a licença-prêmio de servidor à percepção do montante equivalente aos vencimentos dos correspondentes ao período em que poderia ficar afastado do cargo.

Essa vantagem - incompatível com a disponibilidade e com a aposentadoria -

porque nessas condições desaparecem os requisitos legais para o seu auferimento, ou seja, o exercício do cargo e a verificação das condições de assiduidade e de disciplina do funcionário, se constitui, assim, em matéria perfeitamente cabível dentro dos Estatutos, podendo ser ampliada, reduzida ou modificada nas suas condições de obtenção e pagamento, desde que se respeitem as condições individuais consumadas segundo as exigências de lei anterior.

Face ao exposto, concluímos que a adoção do instituto da licença-prêmio convertida em pecúnia conforme sugestão do jornalista Silvío Sebastiani, a ser instituída através da Secretaria de Estado da Administração por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, virá atender plenamente à laboriosa classe dos funcionários públicos.